

SAÚDE: Prevenção de dengue deve ir além de mensagens sobre hábitos e cuidados



Embora grande parte da população saiba que é preciso “evitar água parada” para evitar a disseminação de doenças como dengue, zika e chikungunya, investir apenas em estratégias de comunicação focadas nessa mensagem não é suficiente para provocar mudanças significativas no combate às arboviroses. É o que revela estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), lançado nesta quinta-feira (24), com apoio da biofarmacêutica Takeda.

“O senso comum diz que quando alguém tem uma informação sobre o que é bom para si próprio e sua família, adota um comportamento ou hábito. Mas há uma diferença entre o que as pessoas falam que fazem e os hábitos que efetivamente incorporam em suas rotinas diárias. Fazer ou não fazer algo depende de uma enorme confluência de fatores, comportamentos, normas sociais, infraestrutura e acesso a políticas públicas. São esses aspectos que revelamos nesse estudo”, diz Luciana Phebo, chefe de saúde do Unicef no Brasil.

Após uma ampla revisão de literatura, seguida por pesquisa de campo e entrevistas, o estudo explica quais os aspectos que motivam ou dificultam a adoção de práticas de prevenção ao *Aedes aegypti*. A pesquisa organiza esses aspectos em três níveis, de acordo com uma metodologia do Unicef para atuar com mudanças sociais e comportamentais: psicológico, sociológico e estrutural.

Entre os fatores psicológicos relacionados à prevenção do mosquito, o estudo aponta o histórico de infecção e percepção de risco: quem nunca teve a doença, tende a não acreditar na gravidade. A percepção de risco e as práticas de prevenção podem aumentar em situação de epidemia, mas relaxar quando não há.

Outro fator é o esforço: as práticas preventivas – incluindo limpeza de calhas, caixas d’água e locais de difícil acesso – são vistas como algo difícil, demorado, complexo, para o qual as pessoas não têm tempo ou disponibilidade.

Os custos financeiros também são levados em conta, especialmente em locais mais vulneráveis, onde gastar recursos para a limpeza de caixa d’água, compra de repelentes, entre outros, pode não ser viável.

Entre os fatores sociológicos, foi identificada a organização coletiva. Participar de organizações de bairro está associado a um aumento das práticas de prevenção. Mas, em várias regiões, muitas pessoas não conhecem seus vizinhos, não se veem como parte de um grupo, e não há uma organização coletiva para cuidar do bairro.

Outro fator é a influência comunitária. Muitas pessoas se sentem moralmente obrigadas a cumprir práticas de prevenção que acreditam que é esperado delas. Também foram levantados fatores estruturais como a estrutura urbana. A falta de coleta de lixo e a presença de terrenos baldios estimula o descarte inadequado de lixo.

A atuação dos agentes está associada à diminuição das arboviroses. Em alguns lugares, no entanto, pode não haver agentes suficientes, ou pode haver obstáculos na relação dos agentes com a comunidade. A baixa confiança nos órgãos de governo pode ser uma barreira para que se siga orientações de saúde e prevenção, diz o Unicef.

Recomendações

Cada um desses fatores, combinados, impacta nas atitudes da população para prevenir - ou não - as arboviroses. Para enfrentá-los, a pesquisa traz recomendações. Uma delas é associar o controle vetorial a comportamentos vistos como “desejáveis” pela população.

Algumas práticas úteis para o controle do mosquito, como manter a casa limpa ou não jogar lixo na rua, já são realizadas com outras motivações, ligadas à organização, limpeza e estética.

Outra recomendação é aumentar a percepção de risco, especialmente em relação às crianças. O estudo observou que há uma percepção elevada do risco de infecção pelos pais quando relacionada às crianças, por medo de que seus filhos sejam infectados. Essa percepção poderia ser usada de forma mais eficaz em campanhas de comunicação sobre riscos e no envolvimento da comunidade em ações preventivas.

O estudo recomenda, também, reduzir custos e esforços associados à adoção de comportamentos de prevenção e aumentar os investimentos em infraestrutura. Investir em políticas públicas que diminuam o custo e os esforços de práticas de prevenção pode ter um efeito significativo em reduzir arboviroses.

Além disso, investir em melhorias na infraestrutura e na limpeza urbana pode fortalecer a adesão da população às medidas de prevenção.

“Por fim, é importante avaliar estrategicamente como engajar a comunidade e realizar ações comunitárias. Há espaço para adotar mais políticas de engajamento comunitário, além de estimular e mediar discussões sobre o tema em comunidades”, afirma o Unicef.

“Sabemos da importância de garantir, para cada menino e menina, o direito de viver em um ambiente livre de doenças que possam afetar não somente sua saúde física, como também impactar na frequência escolar e na rotina de uma criança, como brincar, se alimentar de maneira adequada, entre outras atividades. Esperamos que os achados desse estudo possam contribuir com as políticas públicas e ações de comunicação nacionais e em cada município, com foco em mudanças de comportamento necessárias ao combate ao Aedes”, diz Luciana Phebo.

Foto: Divulgação